

# O Mercado de Trabalho no Pensamento Econômico: a Tradição da Economia Política e Algumas Questões Contemporâneas

César Guedes

*Professor do Departamento de Economia da UFRRJ.*

A existência do mercado de trabalho como um fenômeno econômico, assim como questão de teoria econômica, tem data histórica recente. Quando estudamos os trabalhos basilares da economia clássica inglesa em perspectiva, podemos observar que as incursões neste campo não lhe conferem ainda uma identidade própria com a densidade de alguns conceitos.

Em que pese a questão de fundo da teoria do valor tendo por base a quantidade de trabalho incorporada às mercadorias; o nexo entre a divisão do trabalho e o tamanho do mercado; as considerações sobre os salários de base gravitando sobre o nível de subsistência, ou mesmo a brilhante análise de Ricardo sobre o desemprego tecnológico, predomina nos trabalhos de Smith e Ricardo um conjunto de dificuldades que se originam de duas questões distintas.<sup>(1)</sup>

A primeira questão, de natureza histórica, está presa ao fato de que estes autores foram testemunhas históricas da emergência da revolução industrial onde o mercado de trabalho ou, mais particularmente, o trabalhador fabril, era pouco mais que uma ficção. Quando Smith discute a divisão do trabalho e apresenta o conhecido exemplo do trabalhador na manufatura de alfinetes, toda a sua explanação está eivada de uma visão projetiva do que viria a ser a base material e social do desenvolvimento capitalista.

A segunda questão, de natureza teórica, está ligada aos impasses da economia clássica que são, em grandes linhas, os impasses destes autores. Smith, depois de elaborar uma teoria do valor onde o trabalho é o elemento definidor, constrói duas teorias do valor e termina por afirmar que sua idéia inicial só seria válida para um estágio mais "rude e primitivo" da sociedade.

Ricardo, que reafirma e dá novo desenvolvimento à teoria do valor originariamente desenvolvida por Smith, dedica seus esforços finais na busca de um padrão invariável, substituindo o trabalho como medida de valor, pelo trigo, numa elaboração teórica onde fica patente o caráter instrumental do trabalho, conforme ficou claramente elucidado por Pierro Sraffa (2).

As breves referências feitas acima tem por objetivo apontar para o fato de que, mesmo no núcleo da Teoria Clássica, onde a medida e a origem do valor é atribuída ao trabalho, não há um desdobramento teórico que busque algo próximo à constituição ou à dinâmica e funcionamento do mercado de trabalho. Se por um lado são lançadas as bases da Economia Política ou da Teoria Econômica (3), não há ainda uma reflexão mais amadurecida sobre o mercado de trabalho como uma questão teórica. Este movimento será realizado quando da constituição da perspectiva de Marx e dos autores neoclássicos que, de maneira distinta e não por acaso, vão buscar nos clássicos seus fundamentos.

Cabe ressaltar ainda que, na segunda metade do século XIX, mesmo tendo em conta que a maior parte dos contingentes populacionais não está sujeita à dinâmica do mercado de trabalho, algumas tendências em curso vão conformando o que podemos conceber como a constituição de um mercado de trabalho capitalista. Ou seja, começa a se generalizar a relação entre os compradores e vendedores de força de trabalho, onde o salário é a expressão desta última.

Neste artigo pretendo analisar algumas questões ligadas ao mercado de trabalho postas pelo pensamento econômico desde sua origem. Por fim, são abordados problemas contemporâneos.

# 1. A Oferta e Demanda de Mão de Obra num Ambiente de Escolhas Individuais

Na década de 1870, surgem três obras que podemos considerar como a base fundadora do pensamento neoclássico, (Jevons, 1983; Menger, 1983; Walras, 1983). Não é meu objetivo deslindar todo o sistema teórico da Escola Neoclássica, nem tampouco assinalar as diferenças entre estes e outros autores neoclássicos que se seguiram. Quero tão somente sublinhar o que há de comum nestes autores em sua busca por uma reformulação da teoria econômica, recorrendo à matemática e apoiando-se no princípio marginal.

Para que se possa perceber todo o alcance e o significado da teorização neoclássica, não basta assinalar o avanço do capitalismo e a hegemonia da burguesia industrial. Deve ser registrado que, no campo das idéias, foi criado um caldo de cultura que preparou o terreno para a construção desta perspectiva no pensamento econômico. Ainda no campo da Economia Política Clássica, os anos que se seguiram à morte de Ricardo (1823), estiveram marcados por uma intensa crítica ao pensamento ricardiano (Meek, 1971: 71/100).

Desta forma, para além das controvérsias econômicas, deve-se lembrar também a importância decisiva da doutrina positivista de Augusto Comte (1798-1857); o utilitarismo de J. Bentham (1748-1832) e a sociologia de Herbert Spencer

(1820-1903) (4). Embora a Escola Neoclássica tenha nascido, e foi efetivamente, como uma formulação distinta do pensamento clássico inglês, seus autores esforçaram-se em reafirmar, por outros caminhos, algumas das conclusões da Escola Clássica, notadamente quanto as vantagens do liberalismo econômico. Neste sentido, a "mão invisível" do famoso aforismo smithiano, vai estar presente, assim como os mecanismos de mercado e seus efeitos favoráveis.

Excetuando este aspecto mais geral, o que predomina é uma teoria do valor e da distribuição radicalmente distinta da tradição da Economia Clássica Inglesa, já que agora não haverá mais lugar para as controvérsias sobre acumulação, crescimento e repartição de renda, questões tão caras para os economistas clássicos. A economia capitalista, na formulação neoclássica original, passa a ser um organismo que tem vida e as analogias com as reações físico-químicas são reveladoras. Não há lugar para movimentos de natureza contraditória ou

antagônica. Este organismo funciona numa lógica confluyente, onde cada parte opera segundo mecanismos naturais e quantificáveis. Toda a trama se desenvolve no mercado, onde os bens, os serviços e os fatores produtivos se encontram. É neste último mercado - o de serviço dos fatores produtivos - que os organizadores da produção contratam os serviços do fator trabalho.

A explicação para o *quantum* de salário ser pago, vai ser buscada na discussão de Ricardo sobre a renda diferencial da terra. É aí que Ricardo desenvolve a análise do princípio marginal, quando aborda a incorporação de terras mais distantes e/ou menos férteis, considerando que nestas últimas não haveria pagamento de renda. Como na Inglaterra de sua época, vigorava a Lei dos Cereais que obrigava a sociedade inglesa a consumir todo o trigo produzido em seu país, Ricardo saca daí a conclusão de que a renda da terra teria um efeito depressivo sobre os lucros e os salários, o que levaria virtualmente ao estado estacionário da economia.

Foi então, a partir deste princípio formulado na Inglaterra sob a vigência da lei dos cereais (extinta em 1848), que se generalizou a análise marginal aplicada às preferências individuais; à teoria da produção, enfim, a toda a análise econômica levada à cabo pela escola neoclássica.

No que diz respeito aos salários, sua magnitude é determinada pela produtividade marginal. Nesta ótica, o nível de emprego é determinado pela igualdade entre a produtividade marginal do trabalho e o nível de salários. O desemprego era a resultante da exigência de salários superiores à produtividade marginal, portanto um desemprego voluntário. Isto significa que cada trabalhador ingressante na atividade econômica tem como pagamento um valor correspondente ao incremento no produto originado de sua atividade produtiva. Basta que os trabalhadores aceitem aquele rendimento determinado por mecanismos estritamente econômicos e está garantido o pleno emprego, não só da mão de obra, mas de todos os recursos econômicos. Os problemas que podem surgir turvando esse mundo harmonioso, tem sua origem em mecanismos extra-econômicos, como por exemplo, a ação do governo ou dos sindicatos fixando pisos salariais, trazendo dessa forma impactos desestabilizadores que impedem o pleno funcionamento da economia e seus mecanismos de auto-regulação via mercado.

Subjacente a esta teoria está a lei de Say, com a assertiva de que a oferta gera a sua própria procura, garantindo assim o melhor dos mundos.

Estas considerações que vimos de expor, correspondem à fase inicial do pensamento neoclássico. No século XX, surgem uma série de controvérsias neste campo, buscando dotá-lo de maior capacidade analítica já que, com o quadro teórico original dominado pela lei de Say e pelos dogmas quanto ao funcionamento do mercado, havia cada vez menos a dizer.

Para o tema de nossa análise, o que interessa mais diretamente é o debate realizado em Cambridge ao longo dos anos vinte e trinta, onde a figura de maior destaque é J. M. Keynes (1883 -1946) (5). Ao abrir sua obra mais conhecida (Keynes, 1970) com um ataque frontal à lei de Say, Keynes sacrifica um dos principais pontos de apoio da Teoria Neoclássica, já que em sua perspectiva a racionalidade individual dos capitalistas e dos poupadores não só é insuficiente para garantir o pleno emprego, como pode levar a economia ao caos. O Estado, antes execrado na teoria, passa agora a estar no centro da análise que busca mecanismos corretivos visando restaurar o nível da atividade econômica.

A necessidade de um Banco Central forte para combater a alta da taxa de juros; a teorização sobre arrecadação e gasto dentro de certos limites e, por fim, a condenação aos rentistas, são algumas questões postas a par com o alargamento das funções do governo, que supõem a tarefa de ajustar a propensão a consumir com o encitamento para investir. A demanda efetiva, esta sim, é a variável decisiva da qual depende o nível de emprego, a renda, e o produto da economia, ao contrário do que pregava a Teoria Neoclássica tradicional, na qual o desemprego é resultado da falta de flexibilidade da taxa de salários, ou da ausência de preços formados em regime de concorrência pura. Na perspectiva de Keynes, em presença de uma demanda efetiva deficiente, o que predomina é o desperdício, "o jogo de azar infestado de zeros" (Keynes, 1970:358).

Todavia, ao mesmo tempo em que traz elementos importantes para o entendimento da dinâmica do mercado de trabalho — notadamente a primazia teórica da demanda efetiva sobre o nível de emprego e produção — Keynes mantém, por outro lado, uma série de princípios prisioneiros da concepção

neoclássica, especialmente os pressupostos de custos marginais crescentes e concorrência perfeita. Desta forma, permanecem as hipóteses à nível microeconômico, onde as empresas atuam segundo normas que levam a igualar o valor da produtividade marginal do trabalho com a taxa de salários nominal, embora aí seja introduzida uma importante distinção entre os salários reais e nominais, sendo estes últimos definidos no momento de sua negociação e os salários reais um resultado a posteriori.

Não cabe aqui um detalhamento das controvérsias à respeito de emprego, preços e salários em que Keynes esteve envolvido (6), mas apenas sublinhar os aspectos centrais da perspectiva neoclássica e a crítica keynesiana, apontando para a questão da demanda efetiva e sua primazia sobre o nível de emprego. Embora construída numa perspectiva de curto prazo, onde a técnica, a população, etc., não se alteram, a contribuição de Keynes foi decisiva e transformou-se em referencial obrigatório não só no meio acadêmico, mas também e principalmente na elaboração de política econômica dos países capitalistas no pós-guerra.

## 2 . As Bases da Concepção de Marx

Ao contrário da concepção neoclássica, que elabora as categorias econômicas desprovidas de seu conteúdo histórico e social, a concepção de Marx (1818-1883) coloca estas dimensões em primeiro plano. Nesta perspectiva, Marx elabora o conceito de excedente econômico como algo comum a diversas formas de sociedade, identificando este excedente como o valor gerado pelo o trabalho sobranter (7). Na sociedade capitalista, a forma particular assumida pela extração deste excedente é a mais-valia, representada pelas horas de trabalho não pago dentro da jornada de trabalho.

Seguindo as pistas deixadas pela teoria ricardiana do valor, Marx concebe a determinação dos salários pelo custo de reprodução da força de trabalho, ou seja, o valor pago em forma de salário correspondendo a um conjunto de meios de subsistência que constituem a "cesta" de consumo, permitindo a reprodução do trabalhador e de sua família. Entretanto, algumas diferenças são significativas. Primeiramente devemos destacar que Marx, ao contrário de Ricardo, enfatiza a natureza histórica do custo de reprodução da força de trabalho, desdobrando o seu significado para os bens e

serviços que vão além de necessidades estritamente ligadas à subsistência física do trabalhador e de sua família. Neste sentido, a composição da "cesta" tende a variar ao longo do tempo, pois sua constituição está sujeita a fatores como o nível cultural do país e, principalmente, às condições, hábitos e exigências ligadas à formação da classe dos trabalhadores livres (Marx, 1975). Assim, o custo de reprodução da força de trabalho seria formado por fatores "naturais" e "históricos".

Outra diferença significativa com relação a teoria ricardiana no que diz respeito aos salários, é que o autor dos "*Princípios*" atribui ao jogo de mercado - oferta e demanda de mão de obra -, a existência de um preço de mercado (aquilo que é efetivamente pago), e um preço natural (correspondente ao custo de reprodução da força de trabalho). Nessa perspectiva, o desvio entre os preços, do mesmo modo que no mercado de qualquer mercadoria, tenderia, no longo prazo, a uma adequação do preço de mercado ao preço natural. Esta adequação, estaria garantida pelo princípio da lei malthusiana do crescimento da população.<sup>(8)</sup> Para Marx, não era concebível uma lei de dinâmica populacional que subordinasse a acumulação à seus desígnios. O próprio desenvolvimento do capitalismo, se encarregaria de criar "excedentes" de mão de obra, através do aumento da composição orgânica do capital e pela extração de mais-valia relativa.

A tendência do capitalismo seria então a negação do trabalho vivo (força de trabalho), em favor de trabalho morto (máquinas, equipamentos, instalações). Esta discussão está presente n'*O Capital* (Marx, 1975) de forma mais esquemática, mas é nos *Grundrisse* (Marx, 1977), que se encontra uma discussão mais rica à este respeito, onde é vislumbrado o surgimento de um "sociedade automatizada", na qual a força de trabalho se desligaria progressivamente da produção material para assumir as funções de vigilância e controle da produção.

Ainda com relação à questão dos salários em Marx, devemos ressaltar um outro desenvolvimento teórico distinto da sua determinação pelo custo de reprodução da força de trabalho. Trata-se da teoria dos dois limites para fixação dos salários. Tal teoria, crescentemente aceita e desenvolvida por economistas não-neoclássicos (notadamente os vinculados à escola de Cambridge), tem em Marx seu ponto de partida. A concepção é de que haveria

um limite mínimo para o nível médio dos salários, ligado à definição do valor da força de trabalho, e um limite máximo acima do qual o ritmo da acumulação diminuiria, levando a crises nas quais seria reposto o exército industrial de reserva a um nível adequado. (Souza, 1980:27/47)

Quando Marx fala de salário, mais-valia, composição orgânica do capital e todo um conjunto de conceitos que constitui seu sistema teórico de Crítica à Economia Política (subtítulo d'*O Capital*), está explicitamente tratando de uma sociedade que foi gestada como produto de um desenvolvimento histórico com marcos bem definidos. Dentre estes marcos que caracterizam a emergência da sociedade capitalista, deve ser destacada a constituição de uma base material que confere singularidade à sua dinâmica, ou seja, a constituição de forças produtivas capitalistas.<sup>(9)</sup>

Deve ser descartada destas considerações a busca de um receituário que desvende todos os caminhos percorridos pelas diferentes experiências históricas de industrialização e seus desdobramentos a partir da teorização de Marx. Alguns aforismos de Marx, tomados fora de seu contexto e, principalmente, os famosos manuais de vulgarização, já criaram confusão demais neste sentido ao transformar em dogma e conclusão algumas categorias que são ponto de partida para a reflexão. É neste sentido que deve ser tratada a constituição de forças produtivas capitalistas.

Ao alargar o quadro da análise para questões que vão além da determinação dos salários, deve-se observar que Marx chama atenção para o fato de que enquanto o capital ainda se apresenta sob suas formas elementares - mercadoria e dinheiro -, estes não são, em si mesmos, capital. Da mesma forma, a eventual remuneração por um trabalho prestado, ou então, a existência do mercado, não configuram isoladamente um circuito de produção capitalista. Determinadas condições tem de ser cumpridas para que o capital exerça sua função verdadeira e específica, que é a produção de mais-valia, a produção de trabalho excedente ou apropriação de trabalho não pago, que se objetiva como mais-valia. (Marx, 1978:6/51) Quando, portanto, o processo de trabalho converte-se em base do processo de valorização do capital - produção de mais-valia -, Marx distingue uma forma particular do processo capitalista de produção que é própria do modo de produção especificamente capitalista desenvolvido.

É neste ponto que se estabelece a disjuntiva entre subsunção formal/real do trabalho ao capital.

O traço distintivo é que, na subsunção formal, já caracterizada pela direta subordinação do processo de trabalho ao capital, só é possível a produção de mais-valia pelo prolongamento da jornada de trabalho, ou seja, pela forma de mais-valia absoluta. No modo de produção especificamente capitalista, embora não se exclua a possibilidade anterior, existem outras formas que produzem mais-valia relativa. "Com a subsunção real do trabalho ao capital, dá-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre o capitalista e o operário." (Marx, 1978:66)

É importante que não se perca de vista o entendimento do processo de trabalho subordinado ao processo de valorização do capital. Caso contrário, a dimensão "tecnológica" da discussão pode trazer confusões, assim como o debate sobre trabalho produtivo/improdutivo, pode ficar preso a um viés fisiocrático-smithiano, que define a natureza do trabalho pelo tipo de bem (material/tangível ou serviços) que é produzido. "É produtivo o trabalhador que executa trabalho produtivo e é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital". (Marx, 1978:71)

Portanto, é nesses dois cenários que Marx pensa as possibilidades de um mercado de trabalho capitalista. A originalidade da análise de Marx, que se diferencia da problemática dos clássicos, está em rechaçar a questão do valor como algo instrumental ou uma essência da naturalidade da sociedade. Nessa perspectiva, o indivíduo só existiria como produtor de valor de troca, levando ao que Marx discute como processo de reificação. Esse é o *ethos* do mercado de trabalho na perspectiva de Marx. "Depois da análise de Marx, não é mais possível ignorar o papel do aspecto social da produção, isto é, sua forma social. Se alguém não concorda com as conclusões de Marx, tudo que resta é separar o aspecto social, atribuir-lhe um campo separado". (Rubin, 1980:65)

### 3. Formação e Desenvolvimento do Mercado de Trabalho: Aspectos Teóricos Contemporâneos.

A atividade produtiva das sociedades, como um fator básico, estruturador de sua existência, passou por diversas formas desde a comunidade primitiva até os dias de hoje. A produção para autoconsumo,

o trabalho escravo e a servidão em suas inúmeras possibilidades concretas, vão atravessar séculos até que a força de trabalho assuma, ela mesma, o caráter de mercadoria. Este dado histórico e conceitual, que define a existência da forma capitalista, transformou-se significativamente desde seu início até assumir a complexa teia de relações que apresenta hoje.

Antes de desenvolver os temas centrais desta seção, apresento duas perspectivas teóricas de conceber o mercado de trabalho, que tem tido muita aceitação, inclusive no Brasil. Trata-se da teoria do capital humano e da segmentação do mercado de trabalho.

Contemporaneamente, um dos poucos traços comuns - talvez o único significativo -, às análises inspiradas em diferentes escolas de pensamento, é o que diz respeito à constatação da heterogeneidade do mercado de trabalho ou, por outras palavras, à uma certa diferenciação da mercadoria força de trabalho<sup>(10)</sup>. Como esta tem sido a "ponta" mais visível do debate, é daí que vamos partir.

#### 3.1 A Teoria do Capital Humano

Inspirada na tradição neoclássica, que busca nas forças de mercado e nas escolhas individuais a lógica de suas análises, a teoria do capital humano tem como pilares de sua concepção, as diferenças em investimento de educação formal e treinamento no trabalho, como fatores explicativos dos diferenciais de salário e dos desequilíbrios do mercado de trabalho. (Schultz, 1964;1975) Nesta perspectiva, as forças impessoais de mercado ganham ainda mais em sua justiça e eficiência alocativa já que, dentre os trabalhadores de qualificação semelhante, os mais qualificados obtêm acréscimo de renda real.

Para o conjunto da economia, o resultado é o aumento da produtividade do trabalho, em razão desses investimentos e uma superior habilidade dos agentes econômicos em realocar recursos de maneira mais eficiente. É interessante observar que esta visão, além de fazer uma apologia da sociedade capitalista em termos de uma mobilidade ascendente que parte das decisões individuais em busca do investimento em capital humano, traz também uma explicação fácil para a desigualdade.

Resumidamente, a idéia é de que o processo de crescimento implica em freqüentes desequilíbrios, com o aparecimento de novas oportunidades de investimento, criadas por uma combinação de fatores onde se destacam a incorporação de recursos naturais e inovações tecnológicas. Nesse

sentido, a disparidade das taxas de crescimento nos diferentes segmentos, em confronto com a inelasticidade da oferta de trabalho, ligada a diferenciais de qualificação, é o ponto de partida para que se produza a desigualdade nos salários.

Decisivo neste entendimento, é a concepção de um mercado de trabalho aberto para todos, mas que produziria desigualdade de renda e emprego em função dos investimentos em capital humano, levados a cabo pelos agentes econômicos. Tenta-se assim explicar a desigualdade pelo próprio comportamento do mercado de trabalho e as escolhas individuais, não havendo lugar para fatores estruturais, geradores de desigualdade e exclusão.

No Brasil, a teoria do capital humano serviu de base para uma vasta literatura que procurou justificar, ou até mesmo negar que tivesse havido concentração de renda nos anos iniciais do regime militar, particularmente no chamado "milagre econômico". (Almeida, 1974; Castello Branco, 1979; Langoni, 1973; 1974; Senna, 1975).

### 3.2- Teoria da Segmentação do Mercado de Trabalho.

Formulada ao final dos anos sessenta nos EUA, em oposição à teoria do capital humano, o enunciado desta teoria parte da constatação de que o mercado de trabalho é heterogêneo, não havendo lugar para a perspectiva de um espaço aberto igualmente para todos, em termos do acesso ao emprego e a renda (11). O centro da análise, busca nos condicionantes da mobilidade ocupacional, uma maneira alternativa de abordar a questão do acesso aos diferentes postos de trabalho.

A formulação da hipótese de segmentação, surgiu no bojo de um esforço que visava organizar uma série de conhecimentos empíricos, ligados ao funcionamento dos mercados de trabalho urbanos de baixa renda. O questionamento do mito liberal de uma sociedade aberta para a mobilidade ascendente dos indivíduos, implicou no estudo dos aspectos técnicos e institucionais que, com relação às empresas; o volume de emprego; condições de trabalho; remuneração e avanço ocupacional, limitavam as possibilidades de desenvolvimento individual. Desta forma, o papel decisivo da escolha dos indivíduos entre ocupações e dos seus esforços em obter as qualificações necessárias, que constituem o cerne da teoria do capital humano, deixavam de ter importância. (Baltar, 1985)

Um dos principais aspectos derivados das hipóteses de segmentação do mercado de trabalho, é a distinção entre os segmentos primário e secundário, representando, respectivamente, os mercados estruturados e desestruturados. O segmento primário é constituído de diferentes mercados de trabalho, enquanto o segmento secundário é um resíduo, composto de todos aqueles excluídos dos mercados de trabalho estruturados. Ainda com relação ao segmento primário, foi desenvolvida a concepção de heterogeneidade destes mercados, sendo enfatizado o conceito de mercado interno de trabalho.

A questão dos mercados internos de trabalho é verificável em algumas grandes empresas (privadas e estatais) que sancionam normas próprias ao criar postos de trabalho onde o conteúdo profissional reside no desempenho de tarefas rotineiras, que tem de ser consolidadas e, por isso, são valorizadas pelos empregadores. O recrutamento realizado entre os trabalhadores da própria empresa e o leque salarial vigente, pouca relação teriam com o quadro mais geral do mercado de trabalho. A prática sindical, por sua vez, é mais um elemento de reforço na criação destas condições que definem os mercados internos de trabalho.

James O'Connor, embora não utilize explicitamente as hipóteses de segmentação do mercado de trabalho, nem de mercado interno de trabalho, empreende uma rica análise do mercado de trabalho e do sindicalismo norte-americano (O'Connor, 1977), ao estabelecer uma disjuntiva entre os setores competitivo, monopolista e estatal. Fica claro em sua pesquisa como o crescimento dos setores monopolista e estatal são um único processo, e como isso se reflete no padrão de negociação trabalhista aí vigente, que se diferencia sobremaneira em relação ao setor competitivo. A referência a esta obra se justifica, na medida em que ela parece se ocupar da base que sustenta a possibilidade da existência dos mercados internos de trabalho.

A teoria da segmentação do mercado de trabalho possui, em sua tematização, alguns pontos de contato com a análise que se apresenta a seguir.

### 3.3 - Uma Economia Política do Mercado de Trabalho.

O desenvolvimento do capitalismo trouxe consigo novos desafios para todos os que estão situados no campo do pensamento crítico. Ao



contrário do pensamento analítico, derivado do positivismo lógico, onde a descrição dos fenômenos é o resultado da pesquisa, faz parte de nosso trabalho a elaboração de algumas indagações que nos remetem à natureza dos fenômenos e sua problemática. Entretanto, o dilema da ciência econômica está nela mesma, em suas questões mais primitivas. O dilema está contido na pretensão de “explicar” a sociedade. Mais particularmente, no paradoxo de uma sociedade anárquica, que produz uma certa ordem e na questão de como esta ordem produz desigualdades. Aliás, o estudo do mercado de trabalho é um tema privilegiado para que estas indagações ganhem vida.

Assim é que, no campo de nossa temática houve, a partir dos anos sessenta, um esforço de atualização que, além de levar em conta algumas tendências em curso no capitalismo contemporâneo, incorporou em suas análises contribuições originais e heréticas do pensamento social. Os autores mais significativos para nosso referencial foram Gorz (1982), Offe (1989a, 1989b) e Polanyi (1981). Com enfoques distintos, todos elaboram uma atualização de teses clássicas, de forma não dogmática, voltados para a crise do mercado de trabalho e seus desdobramentos na sociedade capitalista contemporânea.

### 3.3.1 O Trabalho como Mercadoria Fictícia e o Mercado de Trabalho como Princípio Alocativo Fracassado.

Para a compreensão das hipóteses de Claus Offe, é fundamental o entendimento de algumas teses de Polanyi (1980). Este autor, pouco estudado pelos economistas brasileiros, estabelece a distinção entre mercadorias “genuínas” e “fictícias”, entre as quais figuram o trabalho, a terra e a moeda. A percepção que o autor tem dessas três mercadorias é, resumidamente, a seguinte: o trabalho, entendido como a atividade humana que acompanha a própria vida; a terra, sendo apenas um outro nome para a natureza, e a moeda, como um símbolo de poder de compra que não é produzido, mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças públicas. “Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia. Permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do

uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade.” (Polanyi, 1981:85)

Baseado na perspectiva de Polanyi que vimos de expor, Offe aponta para fatores inerentes ao sistema social e ao próprio mercado de trabalho, ao rechaçar a visão que o adequa a um modelo competitivo, onde a taxa de salários constitui a variável de ajuste pela qual oferta e demanda de força de trabalho são equilibradas. Portanto, este modelo não seria sequer uma representação aproximada da realidade, nem resolveria eficientemente e/ou justamente o duplo problema de alocação.

O problema da alocação a que Offe se refere, diz respeito a toda sociedade que tem de resolver uma dupla tarefa: a distribuição da força de trabalho entre os processos e atividades concretas de produção e a distribuição dos frutos deste trabalho entre os empregados e os “legitimamente” não-empregados. No capitalismo, o problema seria “solucionado” pela instituição de um “mercado” para a “mercadoria” trabalho. (Offe, 1980:71/73)

A tese proposta pelo autor é de que o mercado de trabalho, como mecanismo de alocação, tem tido um êxito limitado e que dificilmente chegará a uma posição de se sustentar como princípio dominante, numa visão dinâmica do desenvolvimento econômico, social e tecnológico. Sendo válido este argumento, isto implicaria na substituição, ou melhor, numa complementação do mercado de trabalho, enquanto princípio alocativo dominante.

Os fatores indicados quanto à irreabilidade do modelo convencional são os seguintes: em primeiro lugar, as características específicas da natureza da mercadoria transacionada no mercado de trabalho (cf. Polanyi). O mercado de trabalho não poderia funcionar sem uma implementação coercitiva da ficção de que a força de trabalho é uma mercadoria.

Em segundo lugar, as estratégias levadas à cabo pelos agentes no mercado de trabalho (empresários e trabalhadores), e pelo Estado, que levam a um “fechamento” do mercado de trabalho. Offe refere-se aqui às ações estratégicas empreendidas por parte das empresas (monopolização e segmentação do mercado de trabalho), e dos trabalhadores (formação de sindicatos e aquisição de habilidades e qualificação), que transformam o mercado de uma relação aberta, para uma relação social mais ou menos fechada (Offe, 1989a:81), onde a concorrência não se impõem plenamente.

Por fim, mudanças acumuladas historicamente nos parâmetros econômicos, políticos e culturais da "sociedade centrada no trabalho", que se evidenciaram desde meados da década de setenta. Os debates sobre mercado de trabalho e política social, põem cada vez mais em questão a garantia de que os mecanismos de mercado distribuam a força de trabalho e que, assim, satisfaçam as necessidades dos indivíduos com base nos salários derivados do emprego.

Estes distúrbios funcionais no mercado de trabalho são recentes e estão delineados pelo fim do keynesianismo (3), os limites ao crescimento e a desagregação ética do trabalho. Houve, por outro lado, a emergência de uma política em sentido contrário ao keynesianismo, onde a problemática, em termos de política econômica, passou para o lado da oferta. O cerne político destas questões está vinculado ao desligamento do Estado quanto ao compromisso com o pleno emprego.

A conclusão apresentada por Offe, é de que se pode esperar a desagregação dos fundamentos culturais e mesmo a aceitação do mercado de trabalho como padrão dominante da alocação de força de trabalho, assim como da distribuição de renda.

Antes de avançar nestas questões, será tratada a comparação dos contratos de trabalho com contratos vigentes em outros mercados e os diferenciais de poder.

### 3.3.2 O Mercado de Trabalho e Outros Mercados - Contrato de Trabalho e Diferenciais de Poder.

Considerando as estatísticas do trabalho em diversos países, observa-se que na média, do total da população, um percentual próximo de 70%, faz parte da população economicamente ativa (13). Nesta parcela da população, estão incluídos todos aqueles que tem algum tipo de ocupação, não importando se trabalham com ou sem registro ou algum tipo de cobertura legal. Além deste contingente de força de trabalho ocupado, deve ser levado em conta todos os que estão à procura de ocupação. Todavia, quando se fala em contrato de trabalho e negociações coletivas, trata-se do mercado formal de trabalho.

Para usar os termos convencionais, vamos dizer que se encontram no mercado de trabalho os vendedores e compradores de força de trabalho. Na sociedade capitalista, o problema da alocação, a que fizemos referência anteriormente, se resolve

neste mercado. Offe assinala que, como em qualquer mercado, os dois lados estão ligados a adaptações estratégicas contínuas e complementares e que, o princípio comum a essas estratégias é a diminuição da intensidade da concorrência em seu próprio "campo" com relação ao nível da concorrência do outro. (Offe, 1989a;50)

O que deve ser destacado aí, é a posição singularmente desvantajosa da "mercadoria" força de trabalho em termos de mercado, na medida em que sua oferta não ingressa nos mercados da mesma forma que outras mercadorias. Além disso, este fluxo de oferta não tem como controlar sua própria quantidade de maneira estratégica. Como lembra Offe, a força de trabalho é uma mercadoria que tem sua oferta aumentada, simultaneamente à queda de seu preço.

Na ausência de um sistema de seguro-desemprego, não cabe esperar dos vendedores de força de trabalho uma estratégia que implique em "segurar" sua mercadoria. Mesmo com baixos níveis salariais, como no caso brasileiro, não cabe a idéia de adiar a oferta ou "mudar de ramo", como se coloca para os empresários. Em resumo, as necessidades são irreconciliáveis quando comparadas com as necessidades recíprocas dos empregadores.

A única variável pela qual os vendedores da força de trabalho tem possibilidade de melhorar sua posição estratégica, sem ajuda estatal, é pela dimensão espacial, ou seja, pelas migrações que se constituem assim em estratégias autônomas contra o lado da demanda. (Offe, 1989 a: 51)

Em suma, haveria então no mercado de trabalho um desnível estrutural entre o lado da oferta e o lado da demanda, que só poderia ser parcialmente compensado pela intervenção política do Estado de Bem Estar.

Quanto aos contratos de trabalho e sua comparação aos contratos comerciais, Offe (1989a;52) destaca que o elemento diferenciador está em que, os contratos de trabalho, ao contrário dos contratos de compra e venda, não fixam a totalidade das relações realizadas entre os contratantes. Ou seja, não há uma clara disjunção social onde fique nitidamente definido que, aquilo que estava à disposição jurídica e material de alguém, passe agora para o outro. No direito de propriedade e comercial, é inequívoco que uma mercadoria pertença ou não a uma pessoa.

Nos contratos de trabalho, não há esse elemento



definitivo, prevalecendo uma indeterminação contratual das atividades concretas de trabalho. O que o empregador compra, não é uma coisa com determinado valor, mas uma força de trabalho "viva", sobre a qual seu controle é limitado. Em outro texto, Offe (1989b;35) assinala que o conceito marxista fundamental de força de trabalho "viva", se refere a esta problemática.

Assim é que, considerando os contingentes populacionais, há um quadro onde as condições mais gerais do mercado de trabalho resultam de dois fatores combinados. (Offe, 1989a;66) Em primeiro lugar, um desnível global e médio de poder, entre os lados da oferta e demanda de força de trabalho, representando um diferencial "primário" de poder. Em segundo lugar, um diferencial "secundário" de poder, originado das diferenças entre as oportunidades de cada grupo particular da força de trabalho que, apesar das determinações ligadas ao diferencial "primário" de poder, empreende e pode conseguir êxitos em suas estratégias de adaptação.

Há portanto diferentes situações na inserção dos contingentes de força de trabalho onde, por um lado, estariam os trabalhadores com uma posição favorável na oferta e, um outro grupo com posição desvantajosa, constituído daqueles trabalhadores indefesos, aos quais resta a aceitação de relações de emprego instáveis, baixos salários, más condições de trabalho, etc...

Não serão desenvolvidos todos os aspectos da análise de Offe, mas adiantados os pontos conclusivos que são os seguintes: primeiramente, a concepção de que os riscos do mercado de trabalho são distribuídos desigualmente, o que fica patente com o surgimento de "grupos vulneráveis", como foi apontado anteriormente. Em segundo lugar, considerando as estratégias da oferta e demanda no mercado de trabalho, a percepção de que existem condições diferenciadas de inserção da força de trabalho, levando à existência de duas frentes de luta (diferencial "primário" e "secundário" de poder), o que traz uma complexidade reveladora e de difícil solução para o movimento sindical.

"Considerando-se tais mecanismos, chega-se a decepcionante conclusão de que a frente de batalha das coligações na oferta da força de trabalho não se constitui primordialmente no front de classes, entre oferta e demanda no mercado de trabalho, ou seja, da linha de frente do diferencial de poder, mas sim do campo de luta em torno do diferencial

"secundário" de poder, no qual decide-se a distribuição de renda, das condições de trabalho, das chances de emprego entre a totalidade dos trabalhadores". (Offe, 1989a;65)

As considerações feitas anteriormente, dão margem a uma rica discussão que põem a ação dos sindicatos no centro do debate. No Brasil, por exemplo, seria o caso de indagarmos se não tem predominado uma postura reativa do movimento sindical, que reage e luta por questões particulares de cada categoria em função de perdas salariais e melhores contratos de trabalho, deixando de lado, ou abandonando até, a busca de um balizamento de política econômica e social.

Tendo como referência o caso brasileiro, a distribuição das pessoas ocupadas segundo a posição na ocupação (IBGE, 1992), apresenta um percentual de 38% para os empregados com carteira assinada dentre os ocupados na economia brasileira. As estatísticas da RAIS (1991) (14), apontam para um total de empregos de 23,6 milhões. Estes números são um complicador para o movimento sindical, pois além da divisão entre os que estão acima ou abaixo na pirâmide salarial, há também a diferença nos postos de trabalho entre aqueles que "estão dentro" ou "estão fora" do sistema previdenciário. Estas diferenças, nada desprezíveis, são freqüentemente utilizadas pelo discurso patronal como um freio às reivindicações dos trabalhadores do setor formal e a prática sindical freqüentemente reforça esta perspectiva, ao se manter no particularismo do horizonte de cada categoria profissional. Nos termos postos por Claus Offe, por se manter na luta do diferencial secundário de poder.

Nesta perspectiva, o impacto democratizante do movimento sindical deve ter como veículo, não só seu horizonte e suas formas de luta particulares, mas também seu relacionamento com o Estado e a sociedade, incluindo aí os empresários, em que pese a resistência que as elites empresariais no Brasil sempre apresentaram quando o que está em questão é o mundo do trabalho

### 3.3.3 O Mercado de Trabalho em Perspectiva.

Foi dito anteriormente que o mercado de trabalho, como mecanismo de alocação, tem tido um êxito limitado e que dificilmente chegará a uma posição de se sustentar como princípio dominante, necessitando assim de uma complementação. As

crises econômicas, ou a pulsação cíclica do capitalismo, tem levado ao desemprego e ao subemprego como fenômenos de massa. Este é um dado constatável, que faz parte da história do capitalismo e acompanha todas as crises.

O que há de novo, portanto, é estarmos diante de dois efeitos combinados. Em primeiro lugar, o esgotamento do keynesianismo, que implicou na elevação do consumo dos assalariados como base para expansão das economias centrais. Encerrada esta fase, com a crise fiscal do Estado, o domínio caminha às avessas.

Em segundo lugar, há o aprofundamento de uma tendência secular do capitalismo, que é a da inovação tecnológica tornar-se fonte indutora do desemprego. A reconversão da base tecnológica e produtiva (microeletrônica, biotecnologia, novos materiais), se por um lado eleva o potencial de acumulação, determina também uma série de ajustes na estrutura do emprego, via eliminação de postos de trabalho e esvaziamento de conteúdo profissional. (15)

Estes dois efeitos foram acompanhados de uma certa "erosão da ética protestante" (Offe, 1989a;93) e de uma reorientação da ação do Estado, cujo cerne político é a desobrigação da responsabilidade com o pleno emprego, antes assumida por razões políticas. Offe discute estas tendências, alertando para o fato de que "isto não é motivo para sentimentos triunfalistas, inspirados em uma teoria das crises: não está delineada nenhuma lógica alternativa para o uso e alimentação da capacidade social de trabalho, pelo contrário, predomina algo como uma perplexidade estrutural." (Offe, 1989a;95)

A partir daí, Offe retorna ao plano empírico e procura identificar na discussão de política econômica e social os diferentes tipos de estratégias de superação da atual crise no mercado de trabalho. Basicamente, trata de referências "individuais" e "institucionais", tendo em vista objetivos de "incorporação" no, ou "exclusão" do mercado de trabalho.

Ainda na mesma linha de preocupações, outra possibilidade apontada é a "formalização do setor informal", mesmo levando em conta sua grande variação do "quase domiciliar" ao "quase empresarial".

Offe assinala que nenhuma das possibilidades propostas deve ser entendida como um "remédio

milagroso", nem como prognóstico à respeito do mercado de trabalho.

"O que poderia ser dito sobre o "futuro do mercado de trabalho" resume-se, quando muito, à tese negativa de que ele dificilmente poderia ser imaginado como continuidade dos desenvolvimentos usuais das décadas do pós-guerra e dos mecanismos de controle então suficientes. Em termos positivos, daí se conclui apenas que o problema sócio-econômico fundamental da "alocação de mecanismos de alocação" volta a ser atual, e que por isso temos que aperfeiçoar e complementar urgentemente nosso repertório de tais mecanismos de alocação, acrescentando-lhe a acima discutida institucionalização de formas "informais" de atividades úteis." (Offe, 1989a;110)

Com alguns pontos de contato, André Gorz percebe uma série de impasses presentes no mercado de trabalho (Gorz, 1982), e elabora numa visão projetiva, uma alternativa em consonância com o subtítulo do livro ("Para além do socialismo").

Gorz parte da crítica à alguns postulados de Marx, quanto à virtual potencialidade transformadora e portadora do futuro, atribuída aos trabalhadores, tentando mostrar que, contemporaneamente, existem outras determinações.

"A fraqueza e ao mesmo tempo a força do proletariado pós-industrial estão em que ele não tem concepção de conjunto da sociedade que virá. Nenhum messianismo, nenhuma teoria global garantem a sua coesão e a continuidade de sua ação. Ele é apenas uma nebulosa de indivíduos mutantes para os quais o grande negócio não está em tomar o poder para construir um mundo, mas em cada um retomar o poder sobre sua própria vida, subtraindo-a à racionalidade produtivista e mercantil.

E não pode ser de outro modo. A reconstrução de uma sociedade não é feita por decreto, e uma concepção global não tem significado nem alcance se não prolonga um desenvolvimento em curso. Ora, a crise dos sistemas industriais não anuncia nenhum mundo novo. Nenhuma superação salvadora nela está inscrita. O presente não recebe nenhum sentido do futuro. Esse silêncio da História devolve os indivíduos a si mesmos. Remetidos à sua subjetividade, cabe-lhes tomar a palavra, apenas em seu nome. Nenhuma sociedade futura fala por sua boca porque a sociedade que se

decompõem diante de nossos olhos não está grávida de nenhuma outra. (Gorz, 1982:94)

Com o desenvolvimento da discussão, Gorz constrói a possibilidade de uma sociedade dualista, onde haveria lugar para uma esfera da autonomia e da heteronomia, onde esta deveria estar submetida àquela.

Estas questões revelam parte do debate contemporâneo sobre o mercado de trabalho e como tem sido incorporados novos impasses e novas tendências em curso, notadamente os impactos gerados pela terceira revolução industrial. Num tom conclusivo e saudavelmente provocativo, não seria o caso de pensarmos a precarização das relações de trabalho como um passo mais além do processo de valorização do capital e sua interface, a desvalorização do trabalho?

### Notas

- (1) Naturalmente, o debate na economia clássica vai além de Smith e Ricardo, havendo outros autores importantes ligados ao tema que estamos tratando (Malthus, 1983; Rodgskain, 1983). A limitação de nossas referências aos dois autores, se deve ao fato da reconhecida proeminência na construção da Teoria Clássica (Ricardo, 1982; Smith, 1982).
- (2) À respeito da importância da História do Pensamento Econômico para a compreensão de fenômenos atuais e sobre a noção de progresso em Teoria Econômica, ver respectivamente, Tolipan, (1989) e Hagge, (1989).
- (3) Até o início da formulação neoclássica, a denominação de Economia Política, englobava toda a teoria. Só mais tarde, a denominação de Economia Política será identificada com a perspectiva de Marx, na medida em que se consolidava o pensamento marginalista e este passava a fazer "Teoria Econômica" ou "Ciência Econômica" (Lange, 1963).
- (4) O que se quer destacar aqui é que o positivismo; o utilitarismo; e as aplicações dos princípios de Darwin à sociologia, levados à cabo, respectivamente pelos autores citados, criou um outro referencial teórico e ideológico para se pensar a sociedade, a economia e o próprio conhecimento. Nesta perspectiva, o neoclassicismo é derivado do positivismo lógico. Algumas obras de história do pensamento econômico estudam a visão desses autores e sua importância decisiva para a consolidação do pensamento neoclássico (Dennis, 1974).
- (5) A teoria da demanda efetiva, baseada nos determinantes do investimento e do consumo, foi elaborada simultânea e independentemente por Keynes e Kalecki, em que pese algumas diferenças. Para a discussão da Lei de Say e Demanda Efetiva, veja-se Miglioli, (1981).
- (6) À respeito da relação entre preços e salários, veja-se Baltar, (1985).
- (7) Na obra de Marx, as principais discussões sobre o excedente econômico em sociedades pré-capitalistas estão em Marx, (1977) e (1975). Veja-se também Mandel, (1977: capítulo I).

(8) Ver Malthus, (1982).

(9) Ver Barbosa de Oliveira, (1980).

(10) As diferentes versões procuram elaborar perspectivas em sintonia com seus respectivos marcos teóricos, dando conta da evidência de que a força de trabalho não é uma mercadoria homogênea. Nas análises macroeconômicas, quando se discute o emprego, não é comum que essas discussões sejam mencionadas.

(11) Para um estudo da segmentação do mercado de trabalho, ver Lemos, (1996).

(12) Para um balanço de diversos aspectos dos cinquenta anos da *Teoria Geral*, veja-se Amadeo, (1989).

(13) Para uma análise da população economicamente ativa em diferentes países, ver Banco Mundial (1995).

(14) A *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)* é a melhor base disponível para se aferir o volume e a composição interna do mercado de trabalho no setor formal da economia brasileira.

(15) Evidentemente, este movimento é mais complexo. Quando se trata da reconversão da base tecnológica e sua relação com o emprego e o tipo de qualificação, importa sobretudo observar o saldo das mudanças. E este saldo tem sido negativo para os trabalhadores. Para uma análise do mercado de trabalho e do sindicalismo recente, ver de Oliveira, C. A., Mattoso J. E. L. et ali (1994). Para uma discussão conceitual sobre as transformações e a centralidade do trabalho, ver Antunes (1995).

### Bibliografia

- ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e Centralidade do Mundo do trabalho*. Cortez, São Paulo, 1995.
- ALMEIDA, J. *Industrialização e Emprego no Brasil*. Ipea/Inpes, Rio de Janeiro, 1974.
- AMADEO, E. J. (Editor) *Cinquenta Anos da Teoria Geral*. IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1989.
- BALTAR, P. *Salários e Preços: Esboço de uma Abordagem Teórica*. Campinas, Unicamp, 1985. Tese de Doutorado (mimeo).
- BANCO MUNDIAL/ BIRD *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1995 - O Trabalhador e o Processo de Integração*. Banco Mundial, Washington, D.C., 1995.
- BARBOSA de OLIVEIRA, C.A. *Considerações sobre a Formação do Capitalismo*. Tese de Mestrado (mimeo). UNICAMP, 1980.
- CASTELLO BRANCO, R. *Crescimento Acelerado e o Mercado de Trabalho: A Experiência Brasileira*. FGV, Rio de Janeiro, 1979.
- DENNIS, H. *História do Pensamento Econômico*. Horizonte, 1974, Lisboa.
- DE OLIVEIRA, C. A., MATTOSO, J.E.L. et ali (org) *O Mundo do Trabalho - Crise e Mudança no Final do Século*. Scritta, São Paulo, 1994.
- GORZ, A. *Adeus ao Proletariado - Para além do Socialismo*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.
- GUEDES, C.A. M. *Processo de Trabalho: A Trajetória de uma Discussão*. COPPE/UFRJ, Tese de Mestrado (mimeo.), Rio de Janeiro, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Mercado de Trabalho em Economias Atrasadas: O Caso Brasileiro*. EAESP/FGV. Tese de Doutorado (mimeo), São Paulo, 1993.

- \_\_\_\_\_. Políticas Sociais e Mercado de Trabalho : Limites e Possibilidades. In: Revista da Universidade Rural, Série Ciências Humanas, vol. 1/2 jan/dez 1994. Seropédica, 1994.
- HAGGE, W. "O Califa e as Estrelas - Considerações sobre a Idéia de Progresso em Teoria Econômica." In: *Ensaio sobre Economia Política Moderna: Teoria e História do Pensamento Econômico*. (Org.: Amadeo, E). Marco Zero, São Paulo, 1989.
- HODGSKIN, T. *A Defesa do Trabalho Contra as Pretensões do Capital ou a A Improdutividade do Capital Demonstrada em Relação às Presentes Associações de Jornalheiros*. Nova Cultural, São Paulo, 1986.
- IBGE/PNAD. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Trabalho no Brasil: Síntese de Indicadores - 1989/90*. IBGE, Rio de Janeiro, 1992.
- JEVONS, W.S. *A Teoria da Economia Política*. Abril Cultural, São Paulo, 1983.
- KEYNES, J. M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Fundo de Cultura, São Paulo, 1970.
- LANGE, O. *Moderna Economia Política*. Fundo de Cultura, São Paulo, 1982.
- LANGONI, C.G. *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1973.
- LEMOES, M. L. F. *Origem e Desenvolvimento da Teoria da Segmentação do Mercado de Trabalho*. (mimeo), 1995.
- MALTHUS, T.R. *Princípios de Economia Política e Considerações sobre Sua Aplicação Prática/Ensaio sobre a População*. Abril Cultural, São Paulo, 1983.
- MANDEL, E. *Tratado de Economia Marxista*. Era, Cidade do México, 1977.
- MARX, K. *Formação Econômicas Pré-Capitalistas*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975.
- \_\_\_\_\_. *O Capital - Capítulo Inédito*. Ciências Humanas, São Paulo, 1978.
- \_\_\_\_\_. *O Capital - Crítica da Economia Política*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse*, Penguin, London, 1977.
- MIGLIOLI, J. *Acumulação e Demanda Efetiva*. T.A. Queiroz, 1981, São Paulo.
- MENGER, C. *Princípios de Economia Política*. Abril Cultural, São Paulo, 1983.
- MEEK, R. *Economia e Ideologia*. Zahar, Rio de Janeiro, 1973.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL/SECRETARIA NACIONAL DO TRABALHO. *Relatório RAIS - Relação Anual de Informações Sociais*, Brasília, 1991.
- O'CONNOR, J. *USA: A Crise do Estado Capitalista*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- OFFE, C. *Trabalho e Sociedade - Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da "Sociedade do Trabalho"*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1989(a).
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo Desorganizado - Transformações Contemporâneas do Trabalho e da Política*. Brasiliense, São Paulo, 1989(b).
- POLANYI, K. *A Grande Transformação*. Campus, Rio de Janeiro, 1981.
- RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Abril Cultural, São Paulo, 1982.
- RUBIN, I. *A Teoria Marxista do Valor*, Brasiliense, São Paulo, 1980.
- SCHULTZ, T. W. *Transforming Traditional Agriculture*. New Haven, Yale University Press, 1964.
- SENNA, J. J. *Schooling, Job Experience and Earnings in Brazil*. The Johns Hopkins University, 1975. (Tese de Doutorado, mimeo.).
- SOUZA, P.R. *A Determinação dos Salários e do Emprego em Economias Atrasadas*. Tese de Doutorado, Unicamp, Mimeo. 1980.
- SRAFFA, P. *Introdução*. In: Ricardo, 1982.
- TOLIPAN, R. *A Ironia na História do Pensamento Econômico*. Tese de Titular, mimeo. UFRJ, Rio de Janeiro, 1989.
- WALRAS, L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. Abril Cultural, São Paulo, 1983.